



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS

**LEI Nº 7.429 DE 28 DE MAIO DE 2007.**

## **AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL NO BAIRRO VERDE VALE À ENTIDADE SERPAF – SERVIÇO DE PROMOÇÃO AO MENOR E À FAMÍLIA.**

O Povo do Município de Sete Lagoas, por seus representantes legais votou, e eu em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Sete Lagoas autorizado a doar à entidade SERPAF – Serviço de Promoção ao Menor e à Família, com sede à Av. Prefeito Alberto Moura nº 530, bairro Nova Cidade, no Município de Sete Lagoas, inscrita no CNPJ sob o nº 25.000.530/0001-60, a área de terreno medindo 474,90 m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e quatro metros e noventa centímetros quadrados), situada no Bairro Verde Vale, composta pelos seguintes lotes:

I – lote 27 da quadra 45 com área de 235,50 m<sup>2</sup> (duzentos e trinta e cinco metros e cinquenta centímetros quadrados), com os seguintes limites e confrontações: frente com extensão de 10,00m confrontando com a Avenida 7, lado direito com extensão 23,40m confrontando com o lote 26, lado esquerdo com extensão 23,76m confrontando com o lote 28 e fundo com extensão 10,01m confrontando com terrenos Romeu dos Reis Pontelo;

II – lote 28 da quadra 45 com área de 239,40 m<sup>2</sup> (duzentos e trinta e nove metros e quarenta centímetros quadrados), com os seguintes limites e confrontações: frente com extensão 10,00m confrontando com a Avenida 7, lado direito com extensão 23,76m confrontando com o lote 27, lado esquerdo com extensão 10,22m confrontando com o lote 29 e 13,90m confrontando com o lote 30 e fundo com extensão 10,01m confrontando com terreno Romeu dos Reis Pontelo.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto na alínea “a”, inc. I do art 23 da Lei Orgânica do Município de Sete Lagoas, a donatária deverá cumprir as seguintes condições:

- I - utilizar o imóvel para construção das novas instalações da entidade;
- II - as obras a serem edificadas deverão estar concluídas no prazo de 03 (três) anos, a contar da publicação desta Lei;
- III - caso ocorra a extinção da entidade donatária o imóvel reverter-se-á ao Patrimônio Municipal.

Art. 3º O não cumprimento do disposto no artigo anterior importará em imediata reversão do imóvel ao Patrimônio Público Municipal.

Parágrafo único. No caso de existência de benfeitorias no imóvel, à época da reversão, as mesmas se incorporarão ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da doação do imóvel correrão por conta da donatária.

Art. 5º A escritura de doação deverá conter os encargos desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições da Lei nº 6.506 de 03 de julho de 2001.

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 28 de maio de 2007.

**LEONE MACIEL FONSECA**

Prefeito Municipal

**MAURO CLEBER GONÇALVES JUNIOR**

Secretário Municipal de Administração

**MARIA APARECIDA FRANÇA CANABRAVA**

Secretária Municipal de Justiça Social

**ANTONIO VALLADARES BAHIA NETO**

Procurador Geral do Município em substituição

*(Originária do Projeto de Lei nº. 038/2007 de autoria do Poder Executivo)*